

---

**CONSULTA 0001485-79.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Goiás - 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mineiros

**Interessado:** Augusto Rachid Reis Bittencourt Silva

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

---

## ACÓRDÃO

**EMENTA: CONSULTA. MORADIA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. MUNICÍPIO. REMUNERAÇÃO INDIRETA. OFENSA AO REGIME DE SUBSÍDIO. INOCORRÊNCIA. DESPESA MUNICIPAL. AUXÍLIO-MORADIA.**

1. O fornecimento, pelo Município, de moradia, por meio da locação de imóvel, para o magistrado não configura forma de remuneração indireta a afrontar o regime de subsídio sediado no § 4º do artigo 39 da Constituição, mormente nas hipóteses em que a realização de tal despesa encontra fundamento na legislação local ou em acordo formal celebrado entre a municipalidade e o Poder Judiciário estadual;

2. A despesa com aluguel de imóvel nos casos em que lei municipal, ou mesmo acordo formal, autorize a concessão de moradia aos magistrados sob as expensas do Município, constitui óbice à percepção da ajuda de custo para moradia, também chamada de auxílio-moradia, custeada pelo Tribunal, pois se trata de situação que se identifica com a *existência de residência oficial à disposição do Magistrado*, nos termos do inciso II do artigo 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

3. Consulta respondida negativamente quanto à primeira questão e de acordo com o item 2 na segunda.

## RELATÓRIO

Trata-se de Consulta formulada pelo Ministério Público do Estado de Goiás por meio da qual questiona:

a) O fato de o Município, com base em lei municipal, fornecer moradia mediante locação de imóvel a magistrados constitui forma de remuneração indireta e transgressão ao regime de subsídio previsto no art. 39, § 4º da Constituição da República?

b) Caso o fornecimento de moradia mediante locação de imóvel a magistrado não traduza quebra do regime de subsídio, é possível que este pagamento seja feito pelos cofres municipais ou deve ser suportado pelo próprio Tribunal de Justiça, desde que previsto em lei?

O consultente informa que ao realizar diligência nos autos de procedimento preparatório de Inquérito Civil, apurou que o Município de Mineiros, com base em dispositivo de lei municipal, fornece moradia, por meio da locação de imóvel, a autoridades remuneradas por subsídio, dentre as quais encontram-se magistrados.

Cita as leis municipais que veiculam as autorizações legislativas para realização de tais despesas.

## VOTO

### **1. Consulta. Moradia. Locação de Imóvel. Município. Remuneração indireta. Ofensa ao regime de subsídio. Inocorrência. Despesa municipal. Auxílio-moradia.**

O chamado *regime de subsídio* foi definitivamente instituído no Brasil por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que deu a seguinte redação ao § 4º do artigo 39 da Constituição:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

(...)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

O subsídio significa a concentração da remuneração do agente público em uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer outra verba, parcela ou gratificação de natureza remuneratória.

Desta simples consideração, já se extrai que a percepção de verbas de natureza indenizatória, dentre as quais o auxílio-moradia, não configura violação à regra constitucional da remuneração por subsídio, tratando-se de benefício que não é contado sequer para efeito de cumprimento do teto remuneratório constitucional, conforme previsão da Resolução nº 13, de 21 de março de 2006, deste Conselho Nacional de Justiça, *in verbis*:

Art. 8º Ficam excluídas da incidência do teto remuneratório constitucional as seguintes verbas:

I - de caráter indenizatório, previstas em lei:

(...)

b) auxílio-moradia;

Há de ressaltar-se, contudo, que a consulta formulada pelo Ministério Público do Estado de Goiás não trata de hipótese na qual o magistrado recebe determinada verba para fazer frente às despesas com moradia em Comarca na qual não possui residência própria, mas daquelas situações em que o Município sede da Comarca oferece imóvel para a moradia do magistrado, durante o período de sua atuação naquela localidade.

Não se pode olvidar que a mobilidade é uma característica inerente à carreira da magistratura. Desde o ingresso na atividade jurisdicional na condição de substituto até o acesso ao segundo grau de jurisdição, o juiz passa por diversos Municípios, desde os menores e mais longínquos às grandes cidades e capitais, sem embargo da obrigatoriedade de residência fixa na Comarca de atuação, conforme previsão expressa do inciso VII do art. 93 da Constituição.

Assim, o juiz se vê obrigado a fixar residência em diferentes localidades por prazos relativamente exíguos, não raro com sérias dificuldades para encontrar local com infraestrutura adequada, o que se constitui em fator que gera insegurança para o magistrado e até mesmo entrave para que o Tribunal consiga estabilizar a prestação jurisdicional em determinadas Comarcas de difícil acesso ou que apresente índices mais altos de criminalidade.

Nesse contexto, a existência de um compromisso formal do Município para com o Poder Judiciário no sentido de fornecer a moradia – e nunca valor, verba ou gratificação – para o juiz que atua na Comarca nele sediada é medida que em nada afronta o regime de subsídio. Aliás, é medida que deve, até mesmo, ser incentivada, cuidando-se de contrapartida mínima do Município para um serviço de alta relevância, para quando o próprio Poder Judiciário não tiver como oferecer residência oficial na respectiva comarca.

Isso porque, nas comarcas do interior, não raro, o magistrado encontra dificuldades de alugar imóvel e, quando o encontra, nem sempre atende as suas necessidades, notadamente quanto à questão da segurança, sem falar que a relação contratual poderá ocasionar situações embaraçosas. Esse problema é deveras acentuado, quanto menor for o Município.

Poder-se-ia cogitar de eventual tentativa de se cooptar o magistrado por meio de tal benesse ,naqueles casos em que o fornecimento da moradia decorre de um *acordo de cavalheiros* informal entre o magistrado o prefeito municipal.

De outro lado, nas situações em que o Município formaliza essa intenção por meio de convênio ou termo de cooperação celebrado com o próprio Tribunal ou mesmo em razão de lei municipal, como é a hipótese questionada na presente Consulta, nota-se, claramente, que não se está diante de uma *troca de favores* fisiológica, mas sim de um compromisso de caráter institucional, da própria comunidade que vive no Município, por meio de seus representantes políticos, com o Poder Judiciário.

Desse modo, não se pode entender que o fornecimento, pelo Município, de moradia, por meio da locação de imóvel, para o magistrado configure forma de remuneração indireta a afrontar o regime de subsídio sediado no § 4º do artigo 39 da Constituição, mormente nas hipóteses em que a realização de tal

despesa encontra fundamento em acordo formal celebrado entre a municipalidade e o Poder Judiciário estadual ou na legislação local.

A segunda questão posta na presente Consulta confunde duas situações distintas e que precisam ser aclaradas. Se o Município se predispõe, mediante acordo formal (convênio, termo de cooperação etc.) ou lei, a fornecer moradia, mediante a locação de imóvel, para o magistrado, por óbvio, tal despesa deve correr por conta da municipalidade.

Aos Tribunais, para fins de ressarcimento das despesas realizadas pelos magistrados com moradia naquelas Comarcas nas quais eles não tenham residência própria ou oficial, a Lei Complementar nº 35, de 1979 – LOMAN, estabelece a possibilidade de pagamento de ajuda de custo, nos termos do inciso II do seu artigo 65, *in verbis*:

Art. 65 - Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

(...)

II - ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado.

Assim, nas hipóteses cabíveis, o Tribunal está autorizado a pagar, em pecúnia, uma ajuda de custo para fins de ressarcimento pelas despesas realizadas com moradia, cabendo ao magistrado despendê-la com uma locação de imóvel ou pagamento de diárias em hotel ou alternativa que lhe pareça mais conveniente.

Esse benefício não se confunde com o fornecimento da moradia, pelo Município, hipótese que se identifica com a *existência de residência oficial à disposição do Magistrado*, impedindo a fruição do benefício pecuniário a cargo do Tribunal, sob pena de o magistrado ser ressarcido por despesa que, por acordo ou lei municipal, está dispensado de realizar.

Assim, a despesa com locação de imóvel nos casos em que lei municipal autoriza a concessão de moradia aos magistrados deve ser dar pelo Município, constituindo-se em óbice à percepção da ajuda de custo para moradia, também chamada de auxílio-moradia, custeada pelo Tribunal.

## 2. Conclusão

Ante o exposto, **respondo negativamente à primeira das questões postas na presente Consulta e à segunda nos termos que se seguem:**

a) **O fornecimento, pelo Município, de moradia, por meio da locação de imóvel, para o magistrado não configura forma de remuneração indireta a afrontar o regime de subsídio sediado no § 4º do artigo 39 da Constituição, mormente nas hipóteses em que a realização de tal despesa encontra fundamento em acordo formal celebrado entre a municipalidade e o Poder Judiciário estadual ou na legislação local;**

b) A despesa com locação de imóvel nos casos em que lei municipal, ou mesmo acordo formal, autorize a concessão de moradia aos magistrados sob as expensas do Município, constitui óbice à percepção da ajuda de custo para moradia, também chamada de auxílio-moradia, custeada pelo Tribunal, pois se trata de situação que se identifica com a *existência de residência oficial à disposição do Magistrado*, nos termos do inciso II do artigo 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional .

Eis o Voto.

Intimem-se. Arquive-se.

**WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**  
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR em 07 de Abril de 2011 às 16:24:21

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
a0071103ebec753c226c6f673bd43fc9



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1248829**



11041314524700000000001248121